

A BATALHA DO JENIPAPO NO CONTEXTO DAS LUTAS PELA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA NO NORTE DO BRASIL.

MARIA DO AMPARO ALVES DE CARVALHO¹

RESUMO: A Batalha do Jenipapo ocorrida em 23 de março de 1823, na Vila de Campo Maior na Província do Piauí caracterizou-se como um conflito armado, no qual se polarizou as disputas políticas entre portugueses e brasileiros. Da parte dos portugueses se destacou como comandante da ação militar lusitana o então Major João José da Cunha Fidié com a incumbência de manter o Piauí aliado às demais capitanias do Norte. Da parte dos brasileiros além de algumas lideranças políticas e militares locais teve uma destacável participação os populares, especialmente os mestiços, os índios e os negros. Os homens oriundos da população pobre e trabalhadora das Fazendas de gado do Piauí foram convocados e como não dispunhas de armas de fogo, utilizaram suas ferramentas de trabalho: machados, foices, facões, facas, e os índios as suas flechas.

Palavras Chaves: Batalha, Capitania, Política.

ABSTRACT: Battle of The Jenipapo held on March 23, 1823, in Vila de Campo Maior Piauí in the province was characterized as an armed conflict, which has polarized the political disputes between the Portuguese and Brazilians. On the part of the Portuguese excelled as commander of military action Lusitanian then Major João José da Cunha Fidié with the task of keeping the Piauí ally to other North captaincies. The part of Brazilians as well as some political leaders and local military had a detachable popular participation, especially mestizos, Indians and blacks. The men from the poor and working population of Piauí cattle farms were called and how not dispunhas of firearms, used his work tools: axes, sickles, machetes, knives, and the Indians their arrows.

Key Words: Battle, Captaincy, Politics.

¹ Professora Adjunta I do Curso de Arqueologia da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Possui doutorado em História com pesquisa em Arqueologia Histórica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Contato: maamparocarvalho@hotmail.com

O CONTEXTO DA BATALHA DO JENIPAPO

A História tem a necessidade de conservar entre as lembranças que reúne aquela mesma das fábulas das quais se liberta, porque o crédito que as fábulas obtiveram e a influências que exerceram são fatos que não lhe é permitido omitir.

Pierre Daunou

Afinal, o que deflagrou a Batalha do Jenipapo e qual foi o alcance desse fato para a população piauiense? Como tal acontecimento se situa no contexto político que garantiu a emancipação política definitiva do Brasil em relação a Portugal?

Acredita-se que estas questões serão mais bem compreendidas a partir de uma reflexão sobre os fatos que estavam ocorrendo no Brasil e em Portugal no período compreendido entre 1820 a 1824. Nesse espaço de tempo, estavam ocorrendo alguns episódios que se tornaram relevantes na história da emancipação política brasileira como a Revolução do Porto, a Proclamação da Independência do Brasil e as consequentes batalhas entre brasileiros e portugueses, especialmente no Norte do Brasil, das quais se destaca a Batalha do Jenipapo, em 1823, no Piauí. A Revolução do Porto foi motivada por um contexto específico de valorização da nação portuguesa que havia mergulhado em uma crise econômica sem precedentes, especialmente depois da saída da corte para o Brasil e do desmantelamento do exclusivo comercial com a abertura dos portos em 1808. Dentre os problemas que agravavam a situação portuguesa, estavam os problemas econômicos – notadamente questões agrárias – além dos problemas relacionados à decadência da nação, que finalizavam por ferir a própria dignidade dos portugueses. Com o fim das guerras napoleônicas, as potências europeias, reunidas no Congresso de Viena em 1815, tomaram importantes decisões através das quais almejaram restabelecer a paz e a estabilidade econômica da Europa. Em meio a essas ocorrências, na cidade do Porto o movimento constitucionalista de 1820 (PEDREIRA, 2006, p. 88) passou a representar diferentes interesses da nação portuguesa através do qual foi estabelecida uma série de exigências, entre outras, a que pretendia restabelecer a soberania nacional portuguesa que havia sido comprometida desde a saída da corte, em 1807, com a sua instalação na cidade do Rio de Janeiro e a consequente abertura dos portos em 1808. Naquele contexto, especialmente entre os anos de 1821 e 1822, muitas foram as divergências dos projetos e especialmente entre os deputados do Brasil e de

Portugal que pretendiam promover a unidade do império. Entretanto, não havia consenso “sobre o papel atribuído às cortes, sobre os propósitos da soberania nacional, sobre as relações da nação com o rei e sobre a importância a ser atribuída aos domínios coloniais” (BERBEL, 2006, p. 183-185). Nessas condições, os portugueses consideravam que a presença da corte seria decisiva para restabelecer o país.

Entretanto, naquele momento, entre tantas divergências, circulava entre os deputados das cortes as ideias do Brasil voltar à sua antiga condição de colônia, assim como a possibilidade de se manter como um governo autônomo aliado ao governo português, tendo em vista a disputa que se dava em família. Com isso, considera-se o fato de, naquela época, não haver consenso político no Brasil fato este que contribuiu sobremaneira para que houvesse ampla divergência política entre as províncias e o governo central, motivo esse que fez precipitar a Revolução Pernambucana² em 1817 (SILVA, 2006, p. 347), da qual foi partidária uma expressiva camada da sociedade pernambucana desejosa de formar um governo com autonomia política e independente. Embora tenha sido reprimido violentamente esse movimento, suas ideias vão ressurgir em 1822 para reforçar o movimento pela independência.

140

Apesar do ato de Proclamação da Independência do Brasil ter ocorrido em sete de setembro de 1822, evidentemente esse processo foi iniciado muito antes. Alguns historiadores que investigam a temática da emancipação política brasileira (MALERBA, 2000, p. 225-6) afirmam que a mesma teve início em 1808, com a instalação da Corte Portuguesa no Brasil e com o decreto de abertura dos portos, momento este que se prolongou até 1831. Contudo, o ano de 1822 tomou relevante visibilidade na historiografia brasileira por ter sido esta a ocasião em que essas querelas políticas sobre a separação entre Brasil e Portugal tornaram-se manifestas. Sem desconsiderar as lutas anteriores a 1822, travadas em favor da autonomia em algumas províncias brasileiras, considera-se essa data como referencial temporal para marcar o episódio da Batalha do Jenipapo de 1823, ocorrido na regência de D. Pedro I. Esse momento será considerado como o deflagrador das lutas separatistas nas províncias, o que culminará com a separação definitiva entre Brasil e Portugal. Alguns episódios de resistência ao decreto

² A Revolução Pernambucana de 1817 representou uma adesão de Pernambuco e de outras províncias vizinhas, como Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, ao constitucionalismo em meio ao enfraquecimento do poder monárquico, e na tentativa de construir um governo autônomo separado da monarquia portuguesa, embora sob o rótulo de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

de D. Pedro I ocorreram na Bahia (KRAAY, 1999, p. 48-49), no Pará (RICCI, 2009, p. 25-27), no Maranhão e no Piauí, especialmente depois da convocação feita às províncias para repetirem o feito do Ipiranga em suas respectivas vilas como manifestação pública de aliança com o Imperador. Na grande maioria das vilas e capitais das províncias, o ato transcorreu sem grandes empecilhos. Entretanto, em cidades em que os líderes políticos nutriam especial apreço pelas relações com a metrópole portuguesa, as querelas políticas cresceram de tal modo que o ano de 1823 foi marcado pela chacina que assolou a população piauiense na porção norte da província e nos portos³ de travessia do rio Parnaíba para se chegar ao Maranhão (CHAVES, 2006, p. 27).

Naquele contexto de agitação política, poucas províncias precisaram recorrer às armas para manter a ordem e a sua aliança com o Imperador do Brasil. Nesse interstício de acontecimentos, uma das lutas mais sangrentas ocorreu na Província do Piauí, tendo consequências desastrosas para as forças independentes presentes naquelas paragens. Para uma melhor compreensão de tais fatos, faz-se necessário compreender como foram constituídas as relações entre o Maranhão e o Piauí. Quando ocorreu a primeira divisão territorial do Brasil, na qual foi criado o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão, em 1624, os limites do referido Estado do Maranhão se estendiam da região que compreende a Amazônia até o Ceará, incluindo o Piauí. Essa faixa de terras que corresponde ao Piauí fazia fronteira entre os dois estados e, em determinado momento, esteve anexada ora ao Estado do Brasil, ora ao Estado do Maranhão, até que o Conselho Ultramarino decretou, entre 1772 e 1774⁴, a divisão do Estado do Maranhão, ocasião em que foi criado o Grão-Pará, com um governo independente (BRITTO, 1976, p. 74). A partir de 1758, o Piauí, mesmo tendo se tornado Capitania autônoma, ficou sujeito à Província do Maranhão, sendo, portanto, possível a administração de duas capitanias

³ 3 Esses portos eram localidades às margens do rio ou simplesmente constituíam lugares de travessias conhecidos por onde as tropas obrigatoriamente deveriam passar, tanto do lado maranhense como piauiense, nos quais existiam canoas que permitiam a travessia de uma margem à outra, fossem de pessoas, mercadorias, gado e outros animais. Esses portos foram utilizados como entrada ou passagem das tropas portuguesas e brasileiras no ano de 1823, quando as tropas portuguesas e independentes se enfrentaram nas guerrilhas pela independência do Brasil.

⁴ 4 A América portuguesa foi dividida em 1621 através da Carta Régia, criando o Estado do Maranhão – que compreendia as Capitanias do Maranhão, Ceará e Grão-Pará – e o Estado do Brasil. Em 1695, por Carta Régia, o Piauí foi desmembrado da Capitania do Pernambuco. Somente em 1715 foi criada a capitania de São José do Piauí em homenagem a El-Rei. Em 1774, o Marquês de Pombal extinguiu definitivamente o Estado do Maranhão. Antes, porém, e durante anos, o Piauí permaneceu como uma zona de transição entre os dois Estados nos quais se dividira o Brasil.

por um único capitão-mor. A separação das duas capitanias ocorreu somente por decreto régio em 10 de outubro de 1811, embora a referida carta tenha chegado a Oeiras somente em setembro de 1812 (NEVES, 2006, p. 46). Ao longo desses anos, Portugal se beneficiou dos vultosos rendimentos advindos do território piauiense, entretanto não tomou as devidas providências para o estabelecimento efetivo de um governo próprio empenhado com o seu desenvolvimento econômico como nas demais capitanias. Assim, ele permaneceu entregue à “ocupação e exploração dos desbravadores maranhenses e baianos, na região compreendida entre o Canindé e o Parnaíba” (BRANDÃO, 2006, p.36-8).

CONTEXTO E VESTÍGIOS DO PERÍODO COLONIAL NA CAPITANIA DO PIAUÍ

Os resquícios da posse do território piauiense ainda se mantêm no município de Campo Maior em algumas fazendas que conservam vestígios do período colonial como a Fazenda Trabalhado, a Fazenda Jatobazal e a Fazenda Abelheiras⁵, uma das extensões da Casa da Torre que já estava em funcionamento no Piauí em 1708. Em 2008, ocasião na qual foram comemorados os trezentos anos se fixou uma placa como memória daquele episódio. O curral de pedras é possivelmente o artefato mais significativo do período colonial. Enquanto o Piauí esteve ligado ao Estado do Maranhão, as notícias que se tinha eram sobre “a terra de pastoreio”: “Falava-se muito no gado, nas fazendas imensas, incontáveis” (BRANDÃO, 2006, p. 39).

A partir do que foi exposto até o momento, percebe-se que o território piauiense, mesmo antes de se tornar efetivamente uma capitania, já apresentava um potencial econômico considerável com os negócios do gado, ou a ele relacionado, tendo a Vila de Parnaíba como o principal entreposto comercial de exportação de mercadorias para a Europa (REGO, 2010, p. 138-42) e de importação de produtos de luxo. Entretanto a Capital, Oeiras, centro das decisões políticas, situava-se muito distante dessa próspera vila, razão pela qual ainda no período colonial as autoridades cogitavam a possibilidade de transferência da dita capital para o litoral ou para as margens do rio Parnaíba na chapada do corisco. Essa mudança somente foi efetivada em 1852 pelo Conselheiro

⁵ A Fazenda Abelheiras, que, no passado, foi uma sesmaria da família Garcia D’Ávila, ainda se encontra em pleno funcionamento e conserva em seu território indícios da escravidão e da lida com o gado. Ela pertence atualmente ao Dr. Anfrísio Lobão e encontra-se dividida em outras tantas fazendas que foram se formando à medida que o patrimônio foi sendo repartido entre os novos herdeiros, que nenhum parentesco possuem com os herdeiros da Casa da Torre.

José Antonio Saraiva, depois de dois anos, ao ter assumido a Presidência da Província (CHAVES, 1995, p. 126). A transferência da capital de Oeiras para Teresina na barra do Poti e às margens do rio Parnaíba proporcionou ao Piauí uma melhor configuração e sua inserção no cenário de modernização nacional, em razão da sua posição geográfica que facilitava as comunicações e a chegada de novos gêneros alimentícios e para o comércio. Dessa forma, Teresina surgia como a primeira cidade planejada do Brasil.

Outro aspecto importante chama atenção quando, no início do século XIX, o administrador da Província do Piauí, Carlos César Burlamaqui, ao perceber a insuficiência do serviço postal, propôs a criação de um correio geral, beneficiando as principais localidades piauienses, como também várias outras localidades do Império como o “Ceará, a Paraíba, Pernambuco, Bahia e os confins do Mato Grosso, Rio Pardo e Goiás” (BRANDÃO, 2006, p. 43). Esse projeto de um serviço postal entre as províncias não chega a se concretizar, entretanto essa comunicação existia de fato entre as diversas localidades, as quais seguiam as antigas linhas de comunicação e, no mapa desses caminhos, a cidade de Oeiras do Piauí configurava-se como o centro, o ponto das interseções. Essa vantajosa posição colocava a Capitania no centro da região nordestina e, por essa razão, em contato com as diferentes partes da Colônia. O Piauí seria cortado por essa “rota pioneira” (BRANDÃO, 2006, p. 40-1), percurso que já era conhecido desde o período colonial e havia servido para condução do gado para as diversas localidades do Império. Os estudos sobre esses aspectos ainda merecem a devida atenção com as correspondentes construções cartográficas.

No interior da capitania, já havia desde 1770 um serviço de correio postal o qual ligava os pontos mais distantes do Piauí e desde 1798 o correio externo fazia uma linha direta entre Brasil e Portugal, na qual Parnaíba se tornou um ponto de distribuição para o interior (BRANDÃO, 2006, p. 42-3). Dessa forma, pode-se perceber a importância dos correios no período anterior à independência, como a seguir:

A frequência de cartas entre particulares, as proclamações, manifestos e pasquins, que mutuamente se enviam Parnaíba, Oeiras e Campo Maior, a partir de outubro de 1822, mostra que a correspondência postal é utilizada em larga escala. A surpresa da censura oficial, em dezembro, revelaria esse veículo eficaz da propaganda revolucionária (BRANDÃO, 2006, p. 43).

Como se pode perceber, os sistemas de comunicação já funcionavam com bastante êxito muito antes de 1823 quando o Piauí, e especialmente a cidade de Oeiras se configurava como um lugar principal estratégico para manter as comunicações entre o governo central e as províncias do Norte. Justamente por essa razão, não seria difícil se imaginar que o Piauí também funcionaria como fronteira no período separatista, de onde se impediria a entrada tanto das tropas independentistas quanto de gêneros alimentícios, como o gado, uma vez que os rebanhos do Piauí abasteciam o mercado das capitanias vizinhas como Ceará, Bahia, Pernambuco, Maranhão (CHAVES, 2006, p. 27). Assim, seria mantida a porção norte do Brasil, que correspondia às capitanias do Pará, Maranhão e Piauí, aliada ao governo de Lisboa, visto que a consolidação da independência parecia inevitável no restante do Brasil.

As manifestações públicas de adesão ao Imperador D. Pedro I tiveram início no norte da Capitania do Piauí pela Vila de São João da Parnaíba ⁶ em 19 de outubro de 1822 (MARQUES, 2000, p. 27; CHAVES, 2005, p. 35). A Vila de Parnaíba era a mais próspera da Capitania (REGO, 2010, p. 134-152). Pelo Porto das Barcas era possível fazer o comércio do charque, do couro, do algodão e de outros produtos, além de manter atualizadas as comunicações com o Norte. O principal comerciante da Vila, Simplício Dias da Silva⁷, transportava e comercializava objetos de luxo vindos da Europa (REGO, 2010, p. 138-9). Dessa forma, não é tão difícil supor como as ideias independentistas, através de folhetins e panfletos, chegavam mais rapidamente àquela localidade e depois se espalhavam para outras vilas, como Campo Maior, Piracuruca e Valença. A notícia sobre o ocorrido em 7 de setembro de 1822 já havia chegado a Oeiras no dia 30 daquele mesmo mês, um pequeno espaço de tempo se considerarmos os limites de comunicação de que se dispunha do Rio de Janeiro a Oeiras.

Na Vila de Parnaíba, sob a liderança do Juiz de Paz João Cândido de Deus e Silva e do rico fazendeiro e comerciante Simplício Dias da Silva, ambos simpatizantes das ideias liberais, não houve dúvidas sobre a realização de proclamas públicos de

⁶ A Vila de São José da Parnaíba era a mais próspera da Província do Piauí e por estar situada no litoral, mantinha um porto em atividades comerciais com as outras capitanias da qual exportava dentre outros produtos o charque, sua principal economia

⁷ Simplício Dias da Silva era o herdeiro de Domingos Dias da Silva e Josefa Claudina. Seu pai era o mais rico fazendeiro daquela redondeza. Seu filho Simplício fez seus estudos em São Luís e na Universidade de Coimbra. Durante sua estada na Europa, viajou pela Inglaterra e pela França, onde teve contato com as ideias iluministas. Por essa razão, as ideias eram bem aceitas por ele. Ele, juntamente com o juiz de Paz João Cândido, proclamou a independência em Parnaíba. Esse fato comprometeu boa parte das suas riquezas.

aclamação ao Imperador D. Pedro I naquela Vila. Depois de consumado o ato, a correspondência foi enviada às vilas mais próximas, como Piracuruca e Campo Maior, conclamando que se fizesse o mesmo. A vila de Campo Maior enviou a notícia do ocorrido em Parnaíba à capital, Oeiras (CHAVES, 2005, p. 37). Tal aviso pareceu afrontar o Governador das Armas, o Major João José da Cunha Fidié, que logo tratou de organizar sua partida a Parnaíba com o objetivo de conter nessa vila o movimento separatista.

E assim, no controle da artilharia, Fidié marchou para Vila de Parnaíba, passando por Campo Maior. Demorou ali 13 dias, o suficiente para receber o reforço do armamento para sua tropa, que havia pedido ao governo do Maranhão (CHAVES, 2005, p.40-4). Entretanto, em Campo Maior, já havia antecedentes da circulação de pasquins os quais propalavam as ideias separatistas. Porém, uma vez que quase a totalidade da população piauiense era analfabeta o impacto desses pasquins nas vilas ocorria mediante a leitura pública das notícias para que todos pudessem tomar conhecimento da situação através da transmissão oral, pois, nesse período, o índice de analfabetismo era muito elevado no Brasil e conseqüentemente, no Piauí, a desproporcionalidade em relação à sua população era ainda maior (QUEIROZ, 1998, p. 71-88). Desde o Império até a República, as iniciativas para um efetivo funcionamento da instrução pública foram sempre bem precárias. Sabe-se que a imprensa no Brasil permaneceu proibida desde o período colonial, entretanto seu funcionamento ocorreu a partir de 1808 com a instalação da Corte no Rio de Janeiro. À época da Independência, já havia uma imprensa livre que desempenhou importante papel ao estimular a “participação democrática” e promover as “grandes disputas verbais” que contribuíram para o “processo da independência” (LUSTOSA, 2006, p. 240). Vale ressaltar que o primeiro jornal impresso do Piauí foi “O Piauiense”, que data de 1832 (NEVES, 2006, p. 91). No entanto, se têm notícias de que alguns pasquins favoráveis à independência circulavam no Piauí entre os anos de 1822 a 1823.

A notícia de que o major Fidié marchava para a Vila da Parnaíba para impor ordem na referida Vila depois da aclamação da independência fez as autoridades responsáveis pelo ato abandonarem a cidade e saírem em direção à Vila da Granja, no Ceará, em busca de reforços militares. A Vila ficou livre para que a tropa de Fidié a transformasse em seu quartel-general e ali permanecesse por alguns meses. Ele somente

retornou a Oeiras depois de receber notícias sobre a capital rebelada na sua ausência e depois de ter aclamado D. Pedro I como Imperador do Brasil. Nesses termos, será que o major Fidié, ao chegar a Oeiras, ainda em agosto de 1822, tinha algum plano estratégico de como impedir que aquela província aderisse ao movimento independente? Ao que parece, ele foi levado pela força do poder que lhe foi confiado e pela força das ocorrências e das circunstâncias que ele desconhecia. Pelo que narraram alguns historiadores (BRANDÃO, 2006, p. 101), havia ideias por parte do governo português de anexar à Lisboa o território que correspondia ao antigo e extinto Estado do Maranhão para mantê-lo como uma colônia portuguesa no norte do Brasil. Contudo, desconheceu-se um plano estratégico bem definido, mesmo que no Maranhão se mantivesse a maior força política aliada aos portugueses.

IMINÊNCIAS DA BATALHA DO JENIPAPO

Desde a saída das tropas de Oeiras rumo a Parnaíba (NUNES, 2007, p. 49-50), a possibilidade de um confronto entre as tropas se tornou iminente. O retorno do Major Fidié e das suas tropas de Parnaíba para Oeiras, necessariamente passando por Campo Maior, já se configurava em um contexto diferenciado, pois já havia uma mobilização de tropas cearenses e das demais vilas piauienses, além da capital, no sentido de impedir que as tropas de Fidié retornassem a Oeiras (NUNES, 2007, p. 60-5). Inclusive a capital já se mobilizava para pedir reforços bélicos ao Ceará, a Pernambuco e à Bahia. Essa última província, em razão da guerra em seu território, não podia atender às solicitações da capital Oeiras. Porém, ao término da guerra na Bahia, foi enviado reforço a Oeiras e o mesmo chegou muito tempo depois, quando a batalha já havia terminado. A chegada das tropas baianas à capital piauiense causou mais preocupações ao governo da Província, pois este se encontrava em uma situação limite com as finanças (NEVES, 2006, p. 323). As tropas, em especial as do Ceará, que era o maior contingente de milícias, ao final da batalha e do cerco em Caxias, até a prisão do Major Fidié, resolveram cobrar os soldos em dobro e ameaçavam permanecer no Piauí e marcharem até Oeiras, pressionando o governador da Província Manoel de Sousa Martins até receberem a quantia exigida (NEVES, 2006, p. 324).

O referido governador desempenhou importante papel de chefe nas negociações e estratégias as quais puseram fim aos conflitos gerados pelo movimento da independência na Província do Piauí. Naquele processo se mostrou cauteloso, soube aproveitar a oportunidade e se tornou liderança com capacidade de articulação e coordenação do movimento das tropas até à condução do Fidié para a Bahia, assim como o retorno das tropas das Províncias vizinhas (BRANDÃO, 2006, p. 124-5). Manoel de Sousa Martins assumiu o governo da Província do Piauí em 1823 e no mesmo posto permaneceu por vinte anos assumindo-o com rigor, atraindo sobre si a oposição de camponeses sem terra e pequenos proprietários, de tal forma que seu governo foi marcado por dois grandes movimentos:

A Independência e a Balaiada marcaram a história política do Estado, tanto quanto a figura do Visconde da Parnaíba, que termina o seu governo em 1843, no sentido de criar uma face nítida ao poder político piauiense, definindo os atores políticos privilegiados e criando a arena onde seus interesses e ações irão encontrar apoio (BOMFIM, 1995, p. 47).

O governador Manoel de Sousa Martins não teve participação na Batalha do Jenipapo, entretanto a sua ação, logo em seguida, de fechar o cerco a Fidié e conduzi-lo para fora daquela jurisdição, promovendo a calma na Província do Piauí devastada depois da batalha e da passagem das tropas inimigas, garantiu-lhe apoio da elite e sua permanência no comando por duas décadas.

Nos dias anteriores à batalha ocorrida nas margens do Jenipapo, os grupos armados que se deslocaram do Ceará, de Pernambuco (NUNES, 2007, p. 63) e da Paraíba foram se aproximando de Campo Maior e ali permaneceram acampados prestando reforço às tropas piauienses que haviam sido convocadas, sendo na grande maioria trabalhadores do campo desarmados, os quais nem sequer sabiam manusear armas de fogo. O Capitão cearense João da Costa Alecrim havia sido enviado com seu corpo de milícias para o porto do Estanhado. Em Campo Maior, instalou-se um clima de tensão e ao mesmo tempo de mobilização para impedir que o comandante português ultrapassasse a cidade e prosseguisse até Oeiras (BRANDÃO, 2006, p. 183). Na véspera do dia 13 de março de 1823, as tropas do Fidié já se encontravam acampadas na Fazenda Canto do Silva, a cerca de 10 quilômetros da travessia do Rio Jenipapo. Preparavam-se para, no dia 13, bem cedo, dar continuidade à viagem a Oeiras, mesmo

sabendo que naquela travessia poderiam encontrar surpresas e dificuldades. Por essa razão, a referida fazenda foi marcada como possível lugar de reencontro das tropas, caso ocorresse algum enfretamento armado, pois esse grupo já havia se confrontado anteriormente com um grupo dos independentes na passagem pela cidade de Piracuruca, que dista cerca de 125 km da vila de Campo Maior (NUNES, 2007, p. 66).

Por outro lado, os brasileiros favoráveis à separação entre Brasil e Portugal, notadamente fazendeiros e comerciantes locais reforçados pelos grupos armados das circunvizinhanças, passou a noite anterior ao dia 13 reunido na praça central da Igreja de Santo Antônio, em preparativos para o confronto com o exército liderado pelo major português.

A estrada por onde marchava a tropa do Fidié duplicava-se para dar acesso a duas passagens diferentes do lado direito do rio Jenipapo. O lado direito da estrada dava um acesso mais rápido à vila assim que fizesse a travessia do referido rio, entretanto a passagem era mais profunda e dificultava a travessia em períodos de cheia. A distância entre a passagem das pedras e a passagem da Fazenda Poção é de aproximadamente uns quatro quilômetros. Há relatos da população de que, nos períodos das cheias, a travessia era feita em canoas em ambas as passagens. Entretanto, aquele era um ano de estiagem. Mas como saber por qual caminho marchava Fidié? Os comandantes das tropas independentes utilizaram a estratégia mais óbvia:

Alecrim e Chaves guardariam ambas para evitar a hipótese de passar Fidié sem ser percebido. Por qualquer lado encontraria os separatistas que, oportunamente, haviam de rechaçá-lo. E assim concertado o plano, daria, talvez, algum êxito, se o acaso não tivesse vindo em favor de Fidié, que, no ponto da bifurcação, dividiu as forças em duas alas. Uma, a em que estava a cavalaria, seguiu pela estrada da direita; a outra, que guardava a artilharia e era comandada por Fidié, em pessoa, seguia pela estrada da esquerda. Foi a cavalaria que se encontrou, logo, com os brasileiros, sobre os quais tentou uma carga, impedida pela forte fuzilaria dos cearenses. Não convindo, porém, aos portugueses um ataque mais sério, porque não poderiam dirigir-se com segurança e ignoravam o número dos ataques, retrocederam e fugiram. Ouvindo os tiros, pensaram os brasileiros, na esquerda, que os da estrada da direita se estavam batendo com todas as forças portuguesas e abandonaram precipitadamente seu posto, correndo em auxílio dos companheiros. Mas, ali, não havia nada que fazer, porque a cavalaria desaparecera (NEVES, 2006, p. 146-147).

Na estrada do lado esquerdo, marchava toda a infantaria com o Major Fidié, que conseguiu atravessar o rio e posicionar-se estrategicamente com sua artilharia no campo da batalha e ali esperava o desfecho, pois, em poder das forças de que dispunha, esperava todo o êxito, de tal maneira que,

Fidié quis, então aproveitar-se das duas primeiras vacilações: deu um tiro de pólvora seca e, logo em seguida, alvejou-os com as onze peças. Desde o início da ação, viram os Capitães Rodrigues Chaves e Alecrim a desigualdade das forças. Havia, apenas, um recurso: atacar os portugueses ao mesmo tempo por todos os lados e separá-los na refrega, de modo que fossem fracionados. Era difícil e arrojado. Como se tratava, porém, da única possibilidade de triunfo, fez-se a tentativa, conseguindo envolver parte do exército. Foi repelida. Recomeçaram. Repelida, ainda, recomeçaram, muitas vezes, sempre com grande perda de vidas. A fuzilaria e as peças varriam o chão. Que podiam fazer, armados de chuços e foices, espadas e facões, espetos e espingardas velhas, contra a artilharia e o armamento novo do chefe lusitano? Muitos vieram morrer à boca das peças, com um desamor pela vida, que pasmava os soldados, pouco afeitos a semelhantes atos de heroísmo! E o cansaço dominou-os primeiro que a consciência da derrota. (NEVES, 2006, p. 148).

149

Com tamanha desigualdade de forças, quanto tempo poderia ter durado essa batalha? A resistência dos brasileiros, mesmo derrotados, desafiou o exército do Fidié. E o que dizer do roubo da sua bagagem de guerra, munições, armas, dinheiro e despojos da vila de S. José da Parnaíba pelas tropas cearenses? (NEVES, 2006, p. 149). As tropas cearenses eram compostas por centenas de índios vindos da Ibiapaba bem treinados, os quais sempre foram convocados desde o período colonial para lutar nas guerras dos brancos contra os próprios indígenas que não se deixaram dominar. Quanto ao tempo de duração da batalha, Chaves (2005, p. 89), assim como Neves (2006, p. 148) supõem que a batalha teve início às nove horas da manhã e perdurou até às quatorze horas, longas cinco horas de peleja quando os combatentes de ambas as partes começaram a abandonar a luta e se refugiar no matagal em razão do desgaste físico (BRANDÃO, 2006, p. 183-9). O campo nas proximidades do rio, mesmo encontrando-se ressequido pela seca daquele ano, agora se encontrava regado pelo sangue e pelos sonhos de muitos brasileiros anônimos que sucumbiram naquela luta. Depois da guerra, o major Fidié foi acampar na Fazenda Tombador, que distava na época três quilômetros do centro da vila de Campo Maior (NEVES, 2006, p. 150), local onde permaneceu por três dias, tempo suficiente para enterrar os soldados mortos e cuidar dos feridos. Nesse contexto, sobre

os combatentes mortos e seus familiares, o que se contou ao longo do tempo sobre esse acontecimento? Onde foram enterrados? Existe alguém em Campo Maior ou nas redondezas que teve familiar participando da batalha? O que essas pessoas ouviram dos seus antepassados sobre esse ocorrido? Alguém conservou algum objeto, como armas que foram usadas nesse combate? Essas questões permearam toda a investigação, entretanto nem todas foram totalmente esclarecidas, pois esse tema requer ainda mais tempo e dedicação permanente em busca de mais informação oral em outros lugares de onde partiram as tropas.

Quanto ao número de combatentes, os dados citados nos documentos históricos por Bugyja Britto (1976), Wilson Brandão (2006), Monsenhor Chaves (2005) e Abdias Neves (2006) não são precisos, entretanto eles estimam que cerca de aproximadamente 5.000 (BRITTO, 1976, p. 90) combatentes tenham participado dessa batalha. Os independentes somavam-se 3.000 mil combatentes (BRANDÃO, 2006, p. 179) e os portugueses 1.600 soldados treinados. No campo de combate, pereceram cerca de 400 pessoas, sendo 19 do lado português, sem considerar os outros que morreram dias depois em consequência dos ferimentos (CHAVES, 2005, p. 91). Os portugueses que habitavam aquela vila se encontravam presos e logo depois da guerra foram alvo da fúria das milícias independentes. Muitas pessoas também foram mortas e tiveram suas propriedades saqueadas. Dentre os que participaram do conflito figuram centenas de homens pobres, trabalhadores da lida do campo com o gado e com as plantações, negros, escravos e centenas de índios armados de arco e flecha (NUNES, 2007, p. 68). Muito ainda precisa ser investigado, tanto sobre a violência desencadeada na Província do Piauí nesse período quanto sobre os sujeitos que tomaram em combate. No capítulo seguinte, será desenvolvido o aspecto da colonização, pois se considerou importante recuar no tempo para se compreender como havia se processado a obra de colonização daquele território que hoje se conhece como Campo Maior, o lugar no qual ocorreu uma das mais sangrentas batalhas em prol da independência do Brasil, a Batalha do Jenipapo.

CONSIDERAÇÕES DE CONTINUIDADE

A investigação sobre a Batalha do Jenipapo sinaliza para a necessidade de maiores estudos sobre como se processou a Independência no Piauí e Maranhão de modo a se mapear as áreas ocupadas pelas tropas portuguesas no Maranhão e pelas tropas independentes do lado Piauiense. É importante notar que, além da Batalha do Jenipapo, ocorreram outras batalhas que duraram cerca de 4 a 5 horas de luta, como a do Itapecurumirim e a do Morro das Tabocas, antes da prisão do Fidié. Outro aspecto relevante, neste contexto, diz respeito ao clima de violência, fome e penúria que se instalou na Província do Piauí depois da Batalha do Jenipapo e se estendeu notadamente depois da prisão do Fidié, provocado pelas tropas que requeriam soldos exorbitantes, além do previsto e sob a ameaça de disseminarem mais violência sobre a população das Províncias do Maranhão e Piauí. Além de que a devassa para arrecadar os proventos foi realizada de forma terrivelmente violenta contra os portugueses, que detinham maiores recursos. Muitos foram os assassinatos; houve roubos e espancamentos brutais (NEVES, 2006, p. 302).

REFERÊNCIAS

BERBEL, Márcia Regina. Os apelos nas cortes constituintes de Lisboa (1821/22). In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 181-208.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da Independência no Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2006.

BRITO, Buggyja. O Piauí e a Unidade Nacional. In: SANTANA, R. N. Monteiro de; SANTOS, Cineas (Org.). *O Piauí e a Unidade Nacional*. Teresina: FUNDAPI, 2007. p. 51-110 (Coleção Independência v. 5).

CHAVES, Monsenhor Joaquim. *O Piauí nas lutas pela Independência do Brasil*. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005. Obra completa.

CHAVES, Monsenhor. *Obra completa*. Prefácio: Teresinha Queiroz – 2ª ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005. 639 p.

KRAAY, Hendrik. *Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do dois de julho em Salvador, Século XIX*. Afro-Ásia, 23; 1999. p. 9-44.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: o nascimento da imprensa no Brasil*. In: A independência brasileira: novas dimensões. (Org.) Jurandir Malerba – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 241-302.

MALERBA, Jurandir. *A corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARQUES, Renato Neves. As Charqueadas na Parnaíba. *Cadernos de Teresina*, ano 12, n. 31, Teresina, 1999. p. 22-29.

NEVES, Abdias. *A Guerra do Fidié*. 4. ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.

NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí: Pré-história. Primeiros contatos com a terra. Primórdios da colonização e ausência de governo. Primeiros.../ Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007. 216p (Coleção Grandes Textos, v. I).*

PEDREIRA, Jorge Miguel. Economia e explicação da independência do Brasil. In: A independência brasileira: novas dimensões. (Org.) Jurandir Malerba – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 55-121.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os Literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo*. 2. ed. Teresina. Editora da UFPI. João Pessoal, 1998. 300p.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. *Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*. 2010. Tese (Doutorado em História). UFF - Niterói, 2010.

RICCI, Magda; CARVALHO, Marcus J. M. de. Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, n. 39, p. 291-296. 2000.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da. O avesso da independência: Pernambuco (1817-24). In: *A independência brasileira: novas dimensões*. (Org.) Jurandir Malerba – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 343-384.